



## O DEFICIENTE AUDITIVO E A INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR

Andréia Hornes<sup>1</sup> - SEED-PR

Grupo de Trabalho – Diversidade e Inclusão  
Agência Financiadora: não contou com financiamento

### Resumo

A presente pesquisa busca investigar quais as dificuldades que os professores do ensino regular enfrentam diante da educação inclusiva, onde alunos com diferentes necessidades estão presentes nas salas de aula. Na maioria dos casos os professores não estão preparados e também, não possuem um auxiliar para acompanhar o estudante com necessidade no decorrer das aulas, o que dificulta ainda mais o trabalho, mesmo sendo previsto em lei como um direito do estudante. O estudo é dirigido a professores, de diferentes disciplinas e áreas de atuação, do Colégio Estadual São Mateus, em São Mateus do Sul, onde existem vários casos de alunos surdos nos diferentes níveis de ensino, inclusive no curso técnico de Formação de Docentes, em que existe uma aluna que está na última série e até então, nunca houve um intérprete para auxiliar os professores. Percebemos que ainda existe uma barreira muito grande entre o que a lei prevê e o que ocorre efetivamente no âmbito escolar. As dificuldades ainda são grandes, porém percebe-se que existe a preocupação em melhorar a situação de todos, seja dos alunos com necessidades especiais, dos colegas, que também precisam se adaptar a situação e, do professor, que precisa atender efetivamente a toda classe. O ponto principal observado nesta pesquisa é a comunicação. A dificuldade em repassar os conceitos, em dar as orientações de forma adequada levam, conseqüentemente, a respostas pouco produtivas. Todo aluno possui suas especificidades, no caso das deficiências, também terão. O importante é buscar sempre o melhor caminho para atender da melhor forma toda a turma, envolvendo a classe, a equipe pedagógica, a família e a sociedade, de forma que todos se comprometam com a melhor qualidade possível para a educação.

**Palavras-chave:** Ensino-aprendizagem. Educação. Inclusão Social. Deficiente auditivo.

### Introdução

Na sala de aula, a inclusão requer, para um atendimento amplo e eficiente, que o professor esteja preparado para esta prática. É necessário uma preparação anterior, conhecer o

---

<sup>1</sup> Professora de Física do Quadro Próprio do Magistério vinculada à Secretaria Estadual de Educação do Paraná. Mestranda em Ensino de Ciências Naturais – Física, pela Universidade Estadual do Centro Oeste. Especialista em Metodologia do Ensino de Física pela Universidade Internacional de Curitiba. Especialista em Mídias na Educação, pela Universidade Estadual do Centro Oeste. Licenciada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: ahornes@seed.pr.gov.br; andreiahornes@yahoo.com.br.

público alvo e suas especificidades. Nem todas as escolas contam com professores especializados ou auxiliares, muitas vezes, é preciso requerer judicialmente a presença de um intérprete de libras, um acompanhante para cadeirante, ou outro profissional, demonstrando que mesmo que existam as leis, o atendimento adequado não existe. Faltam cursos para especializar os profissionais, faltam pessoas formadas para atender a procura, ou, faltam políticas públicas mais eficientes que façam cumprir o que se determina. Diante da realidade, os alunos são incluídos nas salas de aula regulares e, os professores, especialistas ou não, capacitados ou não, precisam atendê-los. Segundo Briant (2012), a Educação Inclusiva faz parte de uma nova perspectiva, na qual os professores sentem-se angustiados diante da incapacidade de lidar com essa realidade.

A preocupação com a formação dos professores é relevante, visto que o aluno passa uma grande parte do seu tempo na escola. Além da presença da família no processo de formação, o professor é o mediador do conhecimento, é ele quem irá determinar um caminho metodológico com o objetivo de ensinar os conceitos, porém, se estudante não estiver predisposto a aprender, isso não acontecerá. A afetividade passa a ser então, um fator determinante para a aprendizagem, o aluno precisa sentir confiança nele e no professor, ao ver que ele é capaz e que todos confiam no seu desempenho, a chance de progresso é bem maior.

Em muitas escolas o processo de inclusão está ocorrendo a algum tempo, atingindo diferentes áreas e níveis de ensino, inclusive em cursos de formação técnica. Porém esta inclusão acaba sendo ineficiente, pois resume-se em simplesmente colocar alunos com necessidades especiais em uma turma de ensino regular, determinar que um intérprete para acompanhe os alunos especiais e, não se preparam os demais profissionais da escola.

Para Beyer (2006), a maior dificuldade encontrada nas escolas especiais é o horizonte social limitado, pois a criança especial necessita da convivência com outras crianças que possuam condições sociocognitivas diferentes das suas. Assim, através da interação social, temos a possibilidade de avançar com os alunos em diferentes estágios de aprendizagem, favorecendo o ensino pela participação em grupos, uso de materiais concretos com todos os alunos, independentemente de sua condição. Observar a troca de experiências entre os alunos é muito importante para construção dos conceitos fundamentais.

Diante dessas novas perspectivas para a educação, surge a questão: de que maneira os professores percebem a inclusão dos alunos portadores de deficiência auditiva no Colégio Estadual São Mateus, no município de São Mateus do Sul? Há muito tempo já existem as leis que garantem a inclusão escolar, e alunos com diferentes deficiências estão participando todo

dia de nossas aulas. Porém, os professores nem sempre estão preparados para trabalhar com esses alunos e também, a presença de professores acompanhantes praticamente não ocorre. Diante dessa dificuldade, vemos um ensino pouco eficaz, que faz com que os próprios professores sintam-se incapazes de atingir esses alunos. Nesta pesquisa, busca-se investigar quais os problemas encontrados pelos professores em sala de aula, especificamente em relação aos alunos surdos.

### **A deficiência auditiva e suas implicações em sala de aula**

A audição é o meio pelo qual o indivíduo aprende a falar, e conseqüentemente, a se relacionar com as demais pessoas. Dessa forma, a falta da audição pode significar uma grande ruptura nesse relacionamento, causando prejuízos irreparáveis na sua formação, afetando o equilíbrio, a comunicação e a inclusão dessa pessoa na sociedade. A vida do surdo é muito pouco conhecida, são poucas as informações e notícias das capacidades dessa pessoa, fala-se muito em limitações, porém, sobre suas potencialidades e sucesso na vida em sociedade não há muitos registros. No Brasil existem leis que amparam a pessoa com deficiência auditiva, de forma a garantir sua inclusão escolar e social, mas, a implantação e cumprimento dessas leis acabam sendo um processo muito lento, prejudicando a quem realmente se destina, e que na maioria dos casos precisa recorrer a essas leis para que seus direitos sejam garantidos, visto que não são respeitados.

Na maioria dos casos, a criança passa a ter um atendimento especial a partir do momento em que vai para a escola, no entanto, quanto mais precoce for o diagnóstico da perda de audição, mais fácil será o seu encaminhamento e seu desenvolvimento, pois com o tempo as dificuldades de linguagem, de socialização, psíquicas e cognitivas tendem a aumentar. Ao ser constatada a deficiência, inicialmente deve ser feito um trabalho com os pais e familiares próximos, para compreenderem como o surdo pensa, e aprenderem a como se comunicar com ele. Em seguida, ao ser diagnosticado o grau da surdez, a criança é encaminhada ao fonoaudiólogo, profissional da área, que poderá indicar o uso de aparelho auditivo, ou não, dependendo do caso.

O grau de surdez é identificado através de métodos específicos, que irão indicar o tratamento adequado, como o Bera (Brain Stem Evocated Response), que permite obter respostas cerebrais, avaliando a perda de audição pela própria via auditiva, indicado para crianças menores, Redondo (2000). Para crianças maiores, é utilizado o exame audiométrico, que identifica o nível mínimo de audição, identificando tons graves e agudos, ambos os

métodos são medidos em decibéis (dB), que representa a medida do som, comparando com o limiar de audição, segundo está representado na tabela:

Tabela 1 – Limiares da audição

<b>Limiares de Audição</b>	<b>Decibéis</b>
Limiares normais	0 a 20 dB
Perda leve	20 a 40 dB
Perda moderada	40 a 55 dB
Perda moderadamente severa	55 a 70 dB
Perda severa	70 a 90 dB
Perda profunda	Acima de 90 dB
<b>TOTAL</b>	

Fonte: adaptado de Redondo, 2000 p.10

A classificação para fins educacionais, proposto pela BIAP (Bureau Internacional d’Audiophonologie) e descrito na Portaria Interministerial n° 186 de 10/03/78, considera como parcialmente surdo o aluno com perda leve e moderado e como surdo, o aluno com perda severa e profunda.

O desenvolvimento educacional da criança com deficiência auditiva depende de vários fatores. Entre eles está a forma como essa criança cresceu no ambiente familiar, como sua deficiência foi trabalhada pela família e se teve um tratamento precoce, fundamental para sua comunicação com o mundo. Outro fator diz respeito a personalidade da criança, assim como quem é ouvinte, pois ela pode ser mais tímida, mais agitada, mais atenciosa ou detalhista, estes fatores que formam seu perfil também serão fundamentais para a aprendizagem e o comportamento na escola. “Para que a sociedade possa melhor conhecer as pessoas que têm perda de audição, é importante pensar em cada indivíduo como um ser único, repleto de possibilidades.” (REDONDO M. C. F. 2000, p. 14).

Alguns deficientes auditivos podem desenvolver a linguagem oral, outras, possuem uma oralidade mínima, devendo ser complementada com a escrita e com sinais. Em alguns casos a criança desenvolve a leitura labial e fisionômica, sendo a leitura labial, segundo Redondo (2000), uma capacidade inata em todas as pessoas, mas somente a pessoa surda é quem a desenvolve. Na sala de aula, essas informações são muito importantes, pois sabendo qual é a melhor forma de comunicação com o surdo a aprendizagem ocorre com mais eficiência, pois o professor pode prever qual metodologia utilizar nas suas aulas.

### **A inclusão do deficiente auditivo – Amparos Legais**

No Brasil, a educação especial começou a desenvolver-se por volta do século XIX, através de experiências trazidas por brasileiros com base em estudos de trabalhos

européus e americanos. Estes estudos foram organizados e implementados em ações isoladas, com o objetivo de atender deficientes físicos, mentais e sensoriais. Essas ações não estavam associadas às políticas públicas educacionais, o que só veio a ocorrer um século depois, quando enfim, a educação especial passou a fazer parte do sistema educacional (MAZZOTTA, 1996).

No entanto, a educação especial teve, inicialmente, uma base assistencialista, contribuindo para uma vida social e escolar à parte para as pessoas com deficiência. Acreditava-se que através das atividades escolares, por repetição de exercícios como forma de melhoria das capacidades mentais dos alunos em questão. Nas décadas de 30 e 40, escolas e institutos foram organizados com o intuito de atender a essa clientela que não conseguia se adaptar a escolar normal, ou que não eram aceitas nessas escolas.

A integração legal dos alunos ditos excepcionais ocorreu em 1961, através da LDB (Lei nº 4024), segundo a qual os alunos deveriam se enquadrar ao sistema educacional vigente. Dessa forma, os alunos seriam incluídos e atendidos dentro dos serviços gerais da educação e também especiais. Em 1972, o MEC (Ministério de Educação e Cultura) criou um Grupo-Tarefa de Educação Especial para estruturar essa forma de educação diferenciada e esse órgão veio a suprir o atendimento aos excepcionais.

A partir da década de 90, a inclusão passou para um patamar mais representativo, o movimento que se apresentava tímido na década de 80 foi motivado por princípios inovadores apresentados na Conferência Mundial de Educação para Todos (1993), conferência que reuniu representantes de países desenvolvidos a fim de traçarem metas sobre o que fazer com os seres excluídos do sistema de ensino; a e a Declaração de Salamanca (1994), documento que propõe que "[...] as pessoas com necessidades especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capazes de atender a essas necessidades." (UNESCO, 1994, p. 10).

Segundo Díaz (2009), a declaração dada sinaliza para necessidades dos deficientes, recomendando que medidas sejam adotadas para garantir a igualdade de acesso à Educação aos portadores de toda e qualquer deficiência. Independente de ser de natureza permanente ou transitória, restrição física, mental ou sensorial e indiferente ao meio socioeconômico causador ou agravador.

No século XX, a educação inclusiva foi marcada por movimentos e organizações filantrópicas, que foram responsáveis pela criação de escolas para alunos com necessidades especiais, como por exemplo, a Sociedade Pestalozzi, e a Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais (APAE). As importantes instituições criadas também não escaparam das críticas, pois mesmo reconhecendo e valorizando os seus ideais, acabaram ratificando o movimento de exclusão. Ainda, ao propor diferentes categorias para os portadores de deficiências na tentativa de minimizar as práticas exclusivas, geraram novas rotulações.

Outra questão geradora de discussão refere-se a nomenclatura utilizada para identificar os alunos da educação especial. Passando de excepcionais até a década de 80, para pessoas portadoras de deficiência, pessoas com deficiência, pessoas com necessidades especiais ou com necessidades educacionais especiais, evidenciando a dificuldade de designar o diferente.

Na prática, a inclusão sugere a capacidade de entender e reconhecer na outra pessoa um ser em potencial, capaz de dividir seus sentimentos e, de certa forma, termos o privilégio de conviver e compartilhar nossos conhecimentos com pessoas diferentes, sem exceção. (MANTOAN, 2003). Porém, a nova demanda exige grandes desafios da escola, a qual não se mostra preparada e estruturada para realizar uma intervenção pedagógica adequada, como previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a educação especial (BRASIL, 1998). Dessa forma, vale salientar que tanto a escola, quanto família e aluno devem se complementar para alcançar a educação eficiente, a partir de uma interatividade mútua.

No que diz respeito a inclusão do aluno surdo e ao direito ao intérprete, existe, em nível federal o Decreto Nº 5.626, DE 22/12/2005 que regulamenta a Lei no 10.436, de 24/04/2002, e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, em seu capítulo V, artigo 19, parágrafo único indicando que “as instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino Federal, Estadual, Municipal, buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação” e isso tem referência a função do tradutor e intérprete de LIBRAS que é objeto desse capítulo.

Mais recentemente, o Ministério da Educação por meio do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica publicou a Resolução nº 4 de 02/10/09 que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Nessa resolução o artigo X afirma que o projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do Atendimento Educacional Especializado prevendo na sua organização outros profissionais da educação dentre eles o tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção. A partir dessas legislações, Estados e Municípios começam a se articular na direção da oferta desse direito.

Como exemplo temos o Estado de São Paulo que por meio do Conselho Estadual de Educação em seu parecer CEE N° 119/2008 – CES – aprovado em 02/04/2008, artigo 21 preconiza que “a partir de um ano da publicação deste Decreto, as Instituições Federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Brasileira de Sinais, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.”

Porém essa garantia nem sempre é cumprida. A lei é falha ao especificar os critérios que devem ser seguidos para assegurar esse profissional auxiliar. A ausência desse profissional em sala compromete o processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que todo esse processo está baseado na comunicação. Ao improvisar adaptações corremos o risco de prejudicar a transmissão de informação ao aluno portador de deficiência auditiva. O aluno surdo especificamente faz uso da língua de LIBRAS. A questão é que o professor regular não é capacitado nesta linguagem. Esta pesquisa vem propor um estudo das adaptações realizadas por estes profissionais a fim de tentar amenizar as dificuldades encontradas no cotidiano escolar junto aos alunos surdos.

### **Resultados da pesquisa**

Foram aplicados 18 questionários a professores de deferentes áreas (Educação Física; Matemática, Física, Química, Português/Inglês, Geografia, Educação Especial, História, Sociologia, Metodologia de Ensino, Educação Ambiental) do Ensino Médio e Técnico do Colégio Estadual São Mateus. A experiência desses professores varia entre 4 e 43 anos de atuação, e dentre os professores que responderam ao questionário, 7 nunca realizaram nenhum curso referente a inclusão de alunos com necessidades especiais, 3 deles não tiveram oportunidade ainda por falta de oferta na comunidade e 2, pretendem fazer assim que algum curso for ofertado, e 2 não fizeram nenhum comentário nesta questão.

Quanto aos professores que já realizaram algum curso nessa área, 1 professora respondeu que por ser da área de educação especial, e professora do curso de formação de docentes, participou de inúmeros cursos e palestras, fora do município, alguns promovidos pelo NRE (Núcleo Regional de Educação) outros pelas IES (Instituições de Ensino Superior) da região de União da Vitória; 1 professora colocou ter feito ótimos cursos dessa área, a qual é também pedagoga e atua com o curso de formação de docentes; 2 professores acharam o curso bom, não fizeram mais comentários; 1 professor respondeu ter feito um curso muito proveitoso; 1 professor colocou como insatisfatório o curso que realizou, 1 professora fez o de

Libras, porém colocou não ter completo domínio da linguagem; 4 professores colocaram que os cursos e palestras foram muito teóricos, com leituras e debates sobre o tema, porém faltou a parte prática.

Todos os professores que responderam ao questionário, já tiveram alunos com deficiência auditiva em suas turmas, 7 professores já trabalharam com deficiente motor, 9 professores trabalharam com deficiente intelectual, com problemas de aprendizagem em vários níveis, 6 professores já tiveram em suas turmas alunos com deficiência visual. Dos 18 professores que já trabalharam com deficientes auditivos, apenas 1 teve a presença de um intérprete em sala de aula, porém, esse caso ocorreu no estado de Santa Catarina quando o professor em questão trabalhava lá, aqui, no Colégio São Mateus, nunca teve intérprete, apesar de já ter casos bem antigos de alunos com deficiência auditiva.

No que diz respeito à relação do deficiente auditivo com os colegas em sala de aula, 10 professores não observaram dificuldades de relacionamento entre os colegas, reforçando inclusive que com os colegas eles se relacionam bem. Os demais professores colocaram que a maior dificuldade é a comunicação, que em geral eles se relacionam bem com um ou dois colegas, mas com os demais não há interação. Há dificuldade na compreensão da linguagem e na falta de linguagem de libras, o aluno surdo pensa diferente do ouvinte.

Quanto a participação do aluno surdo nas aulas 1 professor colocou que a participação ocorria apenas com a presença do intérprete, 3 professores responderam que sim, o aluno é participativo, porém, não comentaram essa observação; 1 professor respondeu que sim, nos trabalhos em grupo; 1 professora respondeu que tem dois alunos e que um deles é participativo, já o outro não; 1 professor diz que o aluno participa muito na sua disciplina, que no caso é a Educação Física; 1 professor diz que o aluno participa em termos, pois é copista; 1 professor, também de Educação Física, diz que o aluno participa normalmente das aulas, pois se envolve nas atividades práticas. Dos professores que não veem os alunos como participativos, 6 disseram apenas que não, sem comentários e 3 disseram que não há participação pela falta de intérprete, e pela falta de preparação do professor para envolver o aluno na aula.

Na questão que pergunta sobre o raciocínio necessário para que o aluno compreenda o conteúdo, 6 professores disseram que sim, que ele acompanha a disciplina. Destes, 2 não fizeram observações; 1 colocou a presença do intérprete como quem “passa” a compreensão ao aluno; 1 colocou como observação o fato de que o aluno se formou em Técnico Florestal; 1 professor respondeu que ele acompanha copiando e seguindo os exemplos anteriores, no caso



da resolução dos exercícios; 1 professor colocou que o desenvolvimento das atividades práticas, no caso da Educação Física, ocorre por repetição do movimento, portanto a demonstração do movimento e a visualização do aluno, faz com que ele compreenda a atividade e realize junto aos demais. Quanto aos demais, 2 professores colocaram que sim, parcialmente, pois sem intérprete não há como saber se o aluno compreendeu tudo mesmo; 7 professores colocaram que o surdo não acompanha a disciplina, pois apresenta dificuldade para acompanhar a explicação e realizar as atividades; interpretar questões e problemas e falta de interesse do próprio aluno; 3 professores responderam apenas que não, sem fazer observações.

Quanto a utilização de material diferenciado para o ensino de conteúdos específicos, 14 professores disseram que não utilizaram; 1 disse que sim, porém não especificou; Os demais responderam que já usaram vídeo, imagens, materiais concretos, livros, apostilas, que favoreçam a visualização do assunto a ser trabalhado. Na opinião dos professores a maior dificuldade em ensinar o aluno surdo é a falta de intérprete, colocado por 6 professores; a comunicação citada por 5 professores, a dificuldade em saber se o aluno entendeu o conteúdo, observado pelos outros 5 professores e a falta de preparo e capacitação mencionado por 2 professores.

No que diz respeito a sugestão de atividades para melhorar a prática da inclusão, 7 professores não responderam; dos demais, 4 reforçaram a questão da falta de intérprete em sala de aula, a questão da formação continuada na área da inclusão e a falta de subsídios e condições para a inclusão; 2 professores sugeriram a troca de experiências e informações entre os próprios professores; os demais sugeriram atividades com material concreto como bola, balão, jornal; o uso de imagens; a difusão do uso de libras entre todos os setores da escola para quebrar o paradigma de que libras é complicado; o uso de jogo da memória e de vídeos legendados, que facilitam a aprendizagem.

## **Discussão dos resultados**

Ao levantar as mesmas questões para professores de diferentes áreas de ensino, observou-se que as dificuldades são, em grande parte, as mesmas. Tanto para professores com muita experiência, quanto para os professores que começaram a lecionar a pouco tempo, deparar-se com um aluno especial em sala de aula gera um certo desconforto. Seja qual for a necessidade que o aluno apresente, falta ainda muitos recursos para se trabalhar com esse aluno, como materiais específicos para todas as áreas. A capacitação pedagógica também

deve ser constante, não adianta fazer um curso apenas na teoria, deve haver uma aplicação, o que poderia ser feito pela própria escola, voltada aos seus alunos. A troca de experiência entre os professores também é um fator produtivo, repassar metodologias que dão certo em uma disciplina e que, podem ajudar o professor de outra disciplina. Essa prática deveria ocorrer regularmente e assim, um professor ajuda o outro com informações relevantes, específicas de cada caso, podendo assim ser traçado um perfil para esse aluno e buscar a melhor forma de trabalhar com ele.

Existe uma dificuldade evidente em garantir que a inclusão ocorra: a comunicação. O principal meio para que o processo de ensino aprendizagem ocorra é a forma de se comunicar. É preciso existir uma maneira para que isso seja possível e, com isso, a aprendizagem se concretize, porém, quando temos algumas limitações precisamos nos adaptar às diferentes situações, ou seja, corremos o risco de não transmitir e não receber a resposta que queremos, prejudicando o estudo e favorecendo ao ensino superficial.

Para ensinar alunos surdos, precisamos conhecer uma nova linguagem, no caso, LIBRAS. Porém, não é obrigatório que o professor faça esse curso, que aprenda essa nova língua, mas é garantido por lei que o estudante surdo tenha um professor intérprete junto a ele durante as aulas. O que praticamente não ocorre. Então, as dificuldades aumentam e os professores precisam buscar novas alternativas para atender as necessidades dos alunos especiais, sem deixar atender os demais.

A comunicação é, portanto um fator essencial para que as aulas sejam processadas de forma produtiva, tanto para o professor quanto para o aluno. Pensamos muitas vezes que o problema está nas disciplinas exatas, como Física, Química e Matemática, porém, observam-se também as dificuldades na área humana, como História, Geografia, Português. Isso principalmente pelo fato de que o aluno surdo possui a dificuldade de ler e compreender um determinado assunto, pois ele tem uma comunicação diferenciada, reduzida. Para um aluno surdo compreender um texto, este deve apresentar apenas as informações fundamentais, pois muitas palavras confundem o aluno. Nos cálculos, o aluno associa o conteúdo, pela reprodução e repetição dos exemplos dados, e na Educação Física, ele repete os movimentos e consegue realizar as atividades sem grandes dificuldades.

No Colégio Estadual São Mateus existem vários casos de aluno surdo em sala de aula e no entanto não existe o professor para auxiliar nessas classes. Mesmo com uma ação judicial protocolada no Ministério Público, essa demanda ainda não foi realizada. E esse ponto é o foco do discurso dos professores, falta alguém para intermediar a comunicação entre professor

e aluno, para que ambos possam expor suas dificuldades e assim, procurar melhorar esse processo.

### **Considerações Finais**

A principal dificuldade apresentada pelos professores na pesquisa diz respeito a comunicação com o deficiente auditivo. Se fazer entender é uma forte preocupação dos docentes nas diferentes áreas, porém, o retorno também é necessário, o professor precisa saber se o aluno realmente compreendeu o conteúdo que foi passado. Essa troca de informação é que define o processo de aprendizagem. Ao avaliar este aluno é possível mensurar o que ele pode absorver, porém, o problema persiste, pois é necessário que haja um intermediário nessa comunicação, no caso o intérprete.

Essas informações são importantes porque levam ao raciocínio de que o aluno surdo realmente necessita de imagens para relacionar o que está sendo ensinado com o que ele já sabe fazer. Essa questão poderia ser a chave da comunicação entre o professor e o aluno surdo, no entanto, esse material deveria ser criado, elaborado para cada aula, o que já se torna inviável. O ideal é que houvesse o professor assistente nessas salas e este auxiliasse também o professor na montagem do material, na pesquisa de vídeos e imagens sobre o assunto.

Diante desses fatos, vemos que as leis defendem o processo de inclusão, tanto social quanto educacional, de pessoas com necessidades especiais. Porém, para que isso ocorra, é necessário que haja um processo de conscientização dos indivíduos e desmistificação das deficiências. A inclusão é um processo que está em construção e os profissionais da educação devem estar unidos para melhorar o acesso dessas crianças aos espaços escolares. De maneira geral, observamos que o foco é o aluno com necessidade especial, deixando para segundo plano os demais profissionais, desde agentes educacionais, secretários, professores, pedagogos, bibliotecários, etc. todos devem fazer parte da inclusão.

A família também apresenta um papel fundamental no bom desenvolvimento dos alunos especiais na escola. Para que este aluno possa aceitar sua condição e superar suas dificuldades, é preciso que a família aceite e o apoie. Esta autoconfiança faz com que seu desenvolvimento seja promissor, o que auxilia muito nos desafios e obstáculos encontrados na escola.

O trabalho com material concreto também faz com que muitas habilidades sejam descobertas. Alunos com deficiência visual possuem essa aptidão bastante desenvolvida, em trabalhos em grupos, por exemplo, esses alunos têm sempre muito a contribuir, os demais

alunos gostam de ouvi-los e passam a perceber as coisas de outra maneira. Em geral, os alunos com deficiências são bem aceitos nas suas turmas, são auxiliados pelos colegas.

Vale ressaltar novamente o papel relevante da família no processo de inclusão. A família é fundamental para todos os alunos, tanto “normais” quanto alunos especiais, pois é a base do desenvolvimento e do crescimento da criança, ela é a primeira a oferecer condições para melhorar o desempenho na realização das primeiras atividades e podem ser determinantes para sua vida. As potencialidades e habilidades se evidenciam nos primeiros anos de vida, e podem tornar-se barreiras se não forem trabalhadas da maneira correta, desde cedo. Assim, a família tem o papel de encorajar o filho com necessidade especial e fazer com ele acredite em suas potencialidades, na sua capacidade de aprender e de ter uma vida normal, podendo trabalhar, praticar esportes e o que mais desejar fazer.

## REFERÊNCIAS

BEYER, H. O. Educação Inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. **Inclusão: Revista da Educação Especial** / Secretaria de Educação Especial. Ano 2 N°. 2 (Agosto 2006).-Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf>. Acesso 24/04/2014.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 18/06/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. MEC/MPAS. **Portaria Interministerial** nº 186 de 10 de março de 1978. Brasília, 1978.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 13/2009. **Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília: 2009

BRIANT, A. Inclusão: estratégias e ações. Relato de pesquisa. **Ver. Ed. Esp.** Marília, v. 18, n 1, p141-154, Jan-Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n1/a10v18n1.pdf>. Acesso 20/04/2014.

DÍAZ, F., et al., orgs. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 354 p. ISBN: 978-85-232-0651-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285.pdf>. Acesso 20/04/2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

REDONDO, M. C. F. **Deficiência auditiva**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. 64 p.: il. (Cadernos da TV Escola 1, ISSN 1518-4706) Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000345.pdf>. Acesso em: 17/06/2014.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994. Disponível em: [http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf) 12. p.35-45.